

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DIONES SOARES DE SOUZA**

**CONHECIMENTO E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE PELOS  
MICROEMPRESÁRIOS DO SETOR DO COMÉRCIO NO MUNICÍPIO DE  
PIMENTA BUENO - RO**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
Artigo**

**Cacoal-RO  
2014**

**CONHECIMENTO E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE PELOS  
MICROEMPRESÁRIOS DO SETOR DO COMÉRCIO NO MUNICÍPIO DE  
PIMENTA BUENO - RO**

**DIONES SOARES DE SOUZA**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do Prof. Ms. Adriano Tumelero.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O artigo intitulado “**Conhecimento e aplicação do Princípio da Entidade pelos microempresários do setor do comércio do Município de Pimenta Bueno - RO**”, elaborado pelo acadêmico Diones Soares de Souza, foi avaliado e julgado aprovado em 18 de fevereiro de 2014 pela banca examinadora formada por:

---

Prof.º Ms. Adriano Tumelero  
Presidente

---

Prof.ª Dr. Estela Pitwak Rossoni  
Membro

---

Prof.ª Liliane Maria Nery Andrade  
Membro

---

Média

**Cacoal - RO**  
**2013/2**

Agradeço primeiramente a Jeová Deus, por me prover a vida e saúde durante essa jornada, bem como a companhia de pessoas especiais que me foram de grande ajuda.

À minha família, pelo total incentivo, e pelo amparo nas horas difíceis.

Ao meu orientador, pela colaboração e pela paciência com que me auxiliou para atingir os objetivos desse trabalho.

Aos professores e colegas que me acompanharam nessa caminhada e sempre me ajudaram a vencer os obstáculos ao longo do caminho.

## CONHECIMENTO E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE PELOS MICROEMPRESÁRIOS DO SETOR DO COMÉRCIO NO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO - RO

Diones Soares de Souza <sup>1</sup>

**RESUMO:** As microempresas representam uma parte importante e crescente do cenário econômico brasileiro, segundo as estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA 93,5% do número de estabelecimentos formais em funcionamento no Brasil no ano de 2011 se enquadram como microempresas, onde podem ser encontradas 23,9% da mão de obra empregada no Brasil. Mas, é também nesse grupo que ocorre a menor longevidade empresarial constatada, pois 26,9 % delas encerram suas atividades antes dos dois anos de fundação. As principais causas de encerramento das atividades tem que ver com a má administração dessas empresas, que muitas vezes é feita por pessoas sem qualificação acadêmica. Um dos erros que resulta no encerramento das empresas é misturar as finanças da empresa com as particulares. Esse erro pode ser evitado se os microempresários forem conscientizados quanto à um conceito básico da Contabilidade que é abordado por diversos órgãos reguladores como "Princípio da Entidade". Esse princípio, prega que o patrimônio da empresa não deve ser confundido com o de seus sócios ou acionistas, e que cada entidade deve ter autonomia patrimonial. O objetivo desse trabalho é verificar qual é a parcela de microempresários do setor do comércio que está corretamente informado acerca do Princípio da Entidade e qual é a porcentagem dos que observam esse princípio na gestão de suas empresas. A pesquisa foi aplicada no Município de Pimenta Bueno (RO) onde existem 944 microempresas, dessas, foram selecionadas como amostra, 50 microempresas que atuam no setor do comércio. A pesquisa constatou que 60% dos microempresários consultados já conheciam de alguma forma o princípio da entidade ou a sua teoria, mas foi observado que, durante as práticas corriqueiras, uma grande parcela desse mesmo grupo age de maneira contrária ao que é ensinado pelo Princípio.

**Palavras-chave:** Princípio da Entidade. Postulados Contábeis. Estrutura Conceitual. Microempresas.

### 1 INTRODUÇÃO

A realidade das microempresas é notável, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2013), 93,5% do número de estabelecimentos formais em funcionamento no Brasil no ano de 2011 se enquadram como microempresas, onde podem ser encontradas 23,9% da mão de obra empregada no Brasil. O resultado econômico gerado pelas atividades das micro e pequenas empresas corresponde à aproximadamente 20% do PIB do país.

Observando as microempresas em escala municipal, tomando como parâmetro o Município de Pimenta Bueno, observa-se que sua participação no mercado é similarmente relevante. Segundo o cadastro da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno (2013), existem 944 firmas registradas nessa cidade que são classificadas como microempresas, representando 14,43% do total de empresas sediadas nesse município.

Os gestores destas microempresas precisam de toda ajuda disponível. Segundo as estatísticas, as microempresas abertas no Brasil tem duração curta. "Quando se analisa a taxa

---

<sup>1</sup> Acadêmico concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação do Professor Ms. Adriano Tumelero.

de mortalidade destas empresas – 26,9% das MPEs (Micro e Pequenas Empresas) encerram suas atividades ainda nos dois primeiros anos de vida" (IPEA, 2013), esses números são alarmantes pois representam que ainda existe muito a melhorar.

A administração dos recursos financeiros é um grande problema para esse grupo de empresários, uma vez que essas empresas, em grande parte, representam negócios familiares em que a administração é feita pelos membros da própria família dispensando a qualificação profissional como requisito para a escolha dos gestores.

De acordo com Melo (2010), entre os 10 principais erros que mais frequentemente levam as micro e pequenas empresas à falência, estão: contratar qualquer familiar ou amigo, e não as pessoas mais adequadas para a empresa; tomar decisões sem informações financeiras precisas; e, misturar as finanças da empresa com as pessoais.

Na ausência de algum gestor qualificado à frente dos negócios, os microempresários precisam poder contar com a orientação, consultoria e esclarecimento por parte de seus contadores a respeito de práticas e técnicas que resultem em decisões mais acertadas, e que contribuam para a saúde financeira de seus empreendimentos baseados nos conhecimentos comprovadamente eficientes da Ciência Contábil.

Entre os conhecimentos da Ciência Contábil que o contador pode repassar aos seus clientes, está a importância de se aplicar o princípio da entidade na administração de suas empresas, princípio este que prega o tratamento diferenciado entre o patrimônio pessoal e o patrimônio da firma, ou ainda a separação entre o patrimônio de empresas coligadas.

A não observância do princípio da entidade pode contribuir para a redução da vida de uma empresa. De modo que os microempresários devem estar informados a respeito da teoria desse princípio bem como da necessidade e benefícios de aplicação prática do mesmo.

Mas, considerando o pressuposto de que os microempresários não estão recebendo suficiente esclarecimento a respeito do Princípio da Entidade, a consequência dessa carência de informação pode induzi-los a optar pelo descato ao princípio na gestão de suas empresas, resultando na perda dos benefícios que acompanham essa prática, e expondo sua instituição a diversos riscos, inclusive ao encerramento precoce das atividades.

Partindo dessa base, o presente trabalho procura responder: Qual é a parcela dos microempresários do setor do comércio de Pimenta Bueno que conhecem o Princípio da Entidade, e qual é a parcela dos que aplicam corretamente esse princípio na gestão de suas empresas?

A metodologia utilizada reconhece que a pesquisa científica pode ser classificada por diversos critérios. Quanto ao tipo, essa pesquisa é classificada como Pesquisa Bibliográfica,

pois "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Também quanto ao tipo, esse pesquisa é classificada como Estudo de Campo pois "estuda um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social" esse tipo de pesquisa "tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação" (GIL, 2007).

Quanto ao nível, esse pesquisa se classifica como Pesquisa Exploratória devido ao seu "objetivo proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato." É também, quanto ao nível, uma pesquisa descritiva pois visa "descobrir a existência de associação entre as variáveis" (GIL, 2007).

Quanto à forma de abordagem foi utilizada a pesquisa quantitativa, a qual segundo Prodanov e Freitas (2013) considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas. No caso dessa pesquisa, foi utilizada a "moda" como medida de tendência central das respostas às questões fechadas.

O referido estudo foi realizado na cidade de Pimenta Bueno situada no estado de Rondônia. Sua população, de acordo com o Censo 2010 é de 33.754 habitantes, sendo a 10ª cidade mais populosa de Rondônia, sua área territorial é de 6258,64 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, aproximadamente 944 empresas com sede nesse município são classificadas como micro empresas, representando 14,43% do total de empresas sediadas nesse município. Para fins de amostragem, foram pesquisados 50 microempresários dos ramos do comércio. Os bairros onde essa pesquisa se concentrou foram: Pioneiros; Apediá; Alvorada; Jardim das Oliveiras; e Seringal. Estes são os bairros que possuem maior concentração de estabelecimentos comerciais na cidade.

A coleta de dados para a Pesquisa Bibliográfica foi feita por meio de pesquisa em livros, artigos, dicionários, legislação, e também em *sites* da internet. Quanto à Pesquisa de Campo a coleta de dados foi obtida por meio de um questionário misto, contendo 8 questões fechadas e 1 questão aberta.

Sendo que as 3 questões fechadas iniciais se concentram em descobrir a média de empresários que conhecem o Princípio da Entidade, as 5 questões fechadas seguintes se voltam para como os microempresários procedem quanto à situações cuja escolha envolve a aplicação ou não do Princípio da Entidade.

A questão final é aberta e de caráter opcional, esta deixa a oportunidade de o consultado descrever alguma situação que ele observa em sua empresa que esteja correta ou incorreta em relação ao Princípio da Entidade. O questionário foi aplicado diretamente com o

proprietário ou com alguém autorizado por ele desde que fosse conhecedor da história e da rotina da empresa.

Esse artigo tem como objetivo geral analisar se os microempresários do ramo do comércio em Pimenta Bueno conhecem e aplicam o princípio da entidade na administração de suas empresas. Para atingir esse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: descrever o princípio da entidade em meio aos princípios de contabilidade, verificar o conhecimento e a concordância dos empresários a respeito do princípio analisado e suas implicações, analisar se os microempresários que afirmam conhecer o Princípio da Entidade se portam de uma maneira coerente com esse conhecimento no que se refere a rotina de aplicação dos recursos da empresa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

"A contabilidade surgiu como ferramenta para análise da situação do patrimônio, transformando informações em dados para tomada de decisão" (NGANGA *et al.*, 2009). Portanto, com a ajuda dessa ciência, a situação financeira da empresa pode ser representada em demonstrações que objetivam fornecer parâmetros para a tomada de decisões.

Ainda descrevendo os objetivos da contabilidade, Marion (2012) afirma que "Contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinado a prover seus usuários de dados para ajuda-los a tomar decisão". Ampliando essa definição, os *usuários* podem ser definidos como qualquer pessoa que tenha interesse em conhecer os dados de uma entidade, sejam eles internos como, por exemplo: gerentes, diretores, funcionários; ou externos à empresa, tais como: acionistas, bancos, governo, etc. E os *dados* são elementos constantes nos relatórios Contábeis que sejam considerados importantes e que também abranjam informações econômico financeiras das empresas.

Segundo Iudícibus (2010), as finalidades da Contabilidade vão além do auxílio na tomada de decisão, essas podem ser descritas como finalidade de planejamento e finalidade de controle, onde planejamento "é o processo de decidir que curso de ação deverá ser tomado para o futuro", o que não significa fazer uma simples previsão mas envolve usar uma grande quantidade de informação contábil para determinar qual o curso de ação pode ser considerado o melhor para a empresa ou para um segmento da empresa. Controle é um processo pelo qual a alta administração da empresa procura se certificar, de que a organização "está agindo em conformidade com os planos e políticas traçados pelos donos de capital e pela própria administração" (IUDÍCIBUS, 2010).



Transcendendo à função de atender às exigências legais e fiscais, a contabilidade assume, como ciência, um papel de ferramenta gerencial. A contabilidade é uma ferramenta eficiente, que serve, entre outras funções, à melhor gestão e controle das empresas, por sua vez, o contador munido de seus conhecimentos, habilidades e competências, é um aliado à manutenção e desenvolvimento empresarial.

## **2.1 Microempresas**

Segundo a Lei nº. 123/06, alterada pelas Leis 127/07 e 139/11, considera-se como "microempresa" para fins tributários, a pessoa jurídica que "aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)". Devido ao porte e ao rendimento desse grupo de empresas ser reduzido em relação às demais, elas se enquadram em um regime tributário diferenciado conforme é previsto no Artigo 179 da Constituição brasileira,

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Conforme a Lei nº. 123/06, esse regime diferenciado de arrecadação de tributos e contribuições é denominado "Simples Nacional", esse regime especial de arrecadação não é um tributo ou um sistema tributário, mas uma forma de arrecadação unificada de diversos tributos e contribuições. Esse enquadramento tributário diferenciado e privilegiado é um incentivo para que empreendedores de porte pequeno abandonem a informalidade e registrem suas empresas como pessoas jurídicas, se qualificando para receber benefícios restritos à essa classe, como, por exemplo acesso à financiamentos, e previdência social.

## **2.2 Entidade Contábil**

Antes de se falar em "Princípio da Entidade", propriamente dito, esse trabalho explanará sobre o conceito de Entidade, então, em seguida, sobre o Princípio da Entidade e como ele é abordado pelos órgãos reguladores. Hendriksen e Breda (2011), definem a Entidade, não como um Princípio ou Postulado, mas sim como um "conceito" da Contabilidade. Segundo ele a Entidade "pode incluir a empresa como pessoa jurídica, uma

divisão da empresa ou uma "superempresa" como a consolidação de diversas empresas coligadas". Porém, de acordo com os "objetivos dos relatórios e dos interesses dos usuários da informação divulgada" é que serão estabelecidas as fronteiras da Entidade.

Definir o que é uma "Entidade Contábil consiste em determinar a unidade econômica que exerce controle sobre recursos, aceita responsabilidade por assumir e cumprir compromissos e conduz a atividade econômica" (HENDRIKSEN e BREDÁ, 2011).

Segundo Iudícibus (2010), "a entidade, em Contabilidade, é todo núcleo capaz de manipular recursos econômicos (e organizacionais) e que tenda a adicionar valor (ou utilidade, em sentido amplo) aos recursos manipulados". Nesse sentido, a Entidade tem a característica de exercer posse sobre um Patrimônio, e manipular esse patrimônio segundo os seus objetivos, e "pressupõe-se que a Contabilidade é mantida para as Entidades".

## 2.3 ABORDAGENS DOS ÓRGÃOS REGULADORES AO PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Até o ano de 2005, a normatização da contabilidade no Brasil era responsabilidade de diversos órgãos, tais como: o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), entre outros. Cada um desses entes, representando uma fatia do conjunto total de pessoas que dependem dos serviços contábeis no Brasil, e seus respectivos interesses. Atualmente essas atribuições foram centralizadas no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### 2.3.1 Abordagens do IBRACON e CVM

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), surgiu em 13 de dezembro de 1971, em resultado da união entre o Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB) e do Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBAI), na busca de uma melhor estrutura e representatividade em benefício da profissão de auditor independente. O Instituto foi criado num momento que a auditoria independente tornou-se obrigatória para as empresas de capital aberto e o primeiro conjunto de normas sobre demonstrações contábeis foi escrito e adotado por meio da Circular n.º 179 do Banco Central do Brasil.

Com a finalidade de fortalecer a profissão dos auditores no Brasil, o IBRACON firmou muitas parcerias com outras instituições de relevância internacional ao longo dos anos como: a Federação Internacional dos Contadores (IFAC), o *American Institute of Certified*

*Public Accountants* (AICPA), a *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation) e a *International Accounting Standards Board* (IASB). A experiência adquirida com essas parcerias qualificaram o Instituto a participar em todos os estágios do processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, inclusive na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e no desenvolvimento de seus trabalhos.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada em 1976 pela Lei 6.385/76 que disciplina o funcionamento do mercado de valores mobiliários no Brasil juntamente com a Lei 6.404/76 conhecida como Lei das Sociedades por Ações. Entre as atribuições da CMV está o poder de normatizar, fiscalizar e disciplinar a atuação dos integrantes do mercado de valores mobiliários. Embora a CVM não exerça julgamento de valor em relação às informações de natureza contábil divulgadas pelas companhias de capital aberto, ela zela por sua regularidade e confiabilidade por isso emite normas que visam a padronização dessas informações (CVM, 2013).

A CVM contribuiu para a base conceitual da contabilidade no Brasil com a Deliberação nº. 29 de 1986, onde consta o anexo denominado "Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade" que foi elaborada pelo IBRACON e posteriormente aprovada e referendada pela CVM. Essa estrutura conceitual é baseada em três pilares principais: 1 - Postulados ambientais da contabilidade (Entidade Contábil e Continuidade das Entidades); 2 - Princípios contábeis propriamente ditos (Custo como Base de Valor, Denominador Comum Monetário, Realização da Receita, e Confronto das Despesas com as Receitas e com os Períodos Contábeis); 3 - Restrições aos princípios contábeis fundamentais - Convenções (Objetividade, Materialidade, Conservadorismo, e Consistência). Na referida Deliberação, a CVM aborda a Entidade Contábil com o status de postulado.

Postulados Contábeis, segundo Lopes de Sá (1995) são "axiomas contábeis; verdades fundamentais da Contabilidade". Já Marion (2012) diz que "postulados são axiomas, dogmas máximos, proposições evidentes cuja aceitação como verdadeiras é indiscutível". Partindo dessa ótica, a Deliberação 29 da CVM enuncia sobre o Postulado da Entidade: "A Contabilidade é mantida para as Entidades; os sócios ou quotistas destas não se confundem, para efeito contábil, com aquelas" (CVM, 1986). Essa confusão pode ocorrer involuntariamente, por falta de orientação e esclarecimento. Mas também é possível que a "confusão" dos patrimônios ocorra voluntariamente e por má fé. Por exemplo, um veículo que conste no balanço patrimonial da empresa, mas que de fato é utilizado apenas para satisfazer as necessidades do sócio e sua família. A decisão de fazer essa manobra pode ter o objetivo de

desonerar tributariamente o sócio. Ele pode imaginar que por transferir o veículo que é um bem tributável à sua empresa, o poder econômico desta, por ser maior, possa absorver sem ônus suas as responsabilidades tributárias pessoais.

Ainda é possível tomar a iniciativa de confundir os patrimônios para enganar investidores. O veículo citado acima, pode passar, para usuários externos dessa informação, a ideia enganosa de que a empresa está se beneficiando dele para auferir renda, aumentando os lucros e baseado nessa ideia, decidir investir no capital dessa empresa. Uma terceira maneira de "confundir o patrimônio" e desconsiderar o Princípio da Entidade de má fé, é com o objetivo de safar-se de obrigações junto aos credores. O mesmo veículo citado no exemplo acima, pode ter sido alistado no patrimônio da empresa porque o sócio teme que seus cobradores exijam esse veículo para quitação de uma dívida pessoal, nesse caso o sócio poderia argumentar que o veículo não lhe pertence.

Ainda segundo a CVM (1986), o Postulado da Entidade pode assumir 4 dimensões: jurídica; econômica; organizacional; e social. Sob a dimensão jurídica, entende-se que personalidade da Entidade é perfeitamente distinta dos sócios. Quando observada sob a sua dimensão econômica, a Entidade é "massa patrimonial, cujo evoluir quantitativo e qualitativo, a Contabilidade precisa acompanhar". A Entidade em dimensão organizacional, pode ser definida como um "grupo de pessoas exercendo controle sobre receitas e despesas, sobre investimentos e distribuições". E, por fim, a Entidade tem a sua dimensão social, no sentido de que ela "pode ser avaliada não só pela utilidade que a si acresce, mas também pelo que contribui no campo do social, em termos de benefícios sociais". Essas dimensões não são independentes do ponto de vista da Contabilidade, antes elas são complementares uma vez que na rotina contabilista, a entidade pode manifestar várias de suas dimensões concomitantemente.

A estrutura conceitual da CVM, baseada na Deliberação nº. 29/1986 foi revogada em 14 de março de 2008 pela Deliberação de número 539, que aprovou e adotou uma nova Estrutura Conceitual baseada no "Pronunciamento Conceitual Básico" do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### **2.3.2 Abordagens iniciais do CFC ao Princípio da Entidade**

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), é outro órgão regulador que emitiu sua própria estrutura conceitual. O CFC é uma Autarquia Especial Corporativa que foi criado pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, de 27 de maio de 1946. Entre as suas principais funções está a de

orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, regular acerca dos princípios contábeis, e editar as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs).

A estrutura conceitual emanada do CFC se baseia nos "Princípios de Contabilidade", o CFC foi o primeiro órgão a oficializar uma listagem desses princípios no Brasil. E ele sempre observa os Princípios de Contabilidade vigentes para elaborar e editar uma NBC, seja ela de cunho Técnico ou Profissional. Conforme a Resolução nº. 774/94 do CFC "os princípios estão obrigatoriamente presentes na formulação das Normas Brasileiras de Contabilidade, verdadeiros pilares do sistema de normas". De modo que uma nova NBC não contraria sequer um dos Princípios de Contabilidade vigentes.

A primeira referência oficial à Princípios de Contabilidade pelo CFC, ocorreu no ano de 1981, por meio da Resolução nº. 530. Desde a criação dos Princípios de Contabilidade no Brasil até hoje, eles já passaram por várias alterações, alguns se tornaram obsoletos por isso caíram em desuso, outros foram editados e atualizados, ainda outros foram substituídos por novos conceitos que fossem mais abrangentes. Na introdução do texto da Resolução nº. 530/81 o CFC reconheceu "a necessidade de fixar os princípios de contabilidade vigentes no Brasil, já que não existe, até a presente data, um consenso sobre os mesmos" (CFC, 1981). Dessa forma, foram aprovados os chamados "Princípios Fundamentais de Contabilidade", que foram alistados em um documento anexo à Resolução, denominado "NORMA NBC - T 1". Essa NBC foi atualizada posteriormente tanto na qualidade de listagem dos Princípios de Contabilidade pela Resolução nº. 750/93 como na qualidade de Estrutura Conceitual pela Resolução nº. 785/95.

Segundo essa norma, "consideram-se como princípios os conceitos e postulados gerais emanados da doutrina contábil". Essa definição, é, de fato, abrangente, assim como também pode se considerar abrangente a lista dos Princípios elencados nesta NBC, ao todo são 16: da Entidade, da Qualificação e Quantificação dos Bens Patrimoniais, da Expressão Monetária, da Competência, da Oportunidade, da Formalização dos Registros Contábeis, da Terminologia Contábil, da Equidade, da Continuidade, da Periodicidade, da Prudência, da Uniformidade, da Informação, dos Atos e Fatos Aleatórios, da Correção Monetária, da Integração.

O Princípio da Entidade, abordado nessa listagem é explicado pelo seguinte enunciado: "O patrimônio da entidade não se confunde com o dos seus sócios ou acionistas, ou proprietário individual" (CFC, 1981). Essa foi a primeira menção ao Princípio da Entidade por parte dos órgãos reguladores no Brasil.

Posteriormente a Resolução nº. 530/81 foi atualizada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução número nº. 750/93. A elaboração e emissão dessa última foi justificada "considerando que evolução da última década na área da Ciência Contábil reclama a atualização substantiva e adjetiva dos Princípios Fundamentais de Contabilidade a que se refere a Resolução CFC nº. 530/81" (CFC, 1993). Por reconhecer que, como ciência social, a Contabilidade está em constante evolução, o CFC apercebeu-se que os Princípios que norteiam essa ciência também necessitavam ser revistos.

O Artigo 1º dessa Resolução reza: "Constituem PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE (PFC) os enumerados por esta Resolução". Dessa forma, estavam revogados do ponto de vista do CFC, não explicitamente, mas tacitamente, todos os princípios que não estavam enunciados nessa nova Resolução. A lista de princípios válidos agora se limitou a sete: da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo Valor Original, da Atualização Monetária, da Competência, e o da Prudência (CFC, 1993). O CFC reafirmou a necessidade de basear a aplicação da Ciência Contábil em Princípios Fundamentais, e a partir destes, regular o exercício da profissão contábil. O CFC (1993, Art. 2º) explicou que os Princípios Fundamentais de Contabilidade "representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País".

Nessa oportunidade, o Princípio da Entidade recebe a seguinte definição, pelo CFC (1993) segundo o Artigo 4º da Resolução:

O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

A definição de Princípio da Entidade dada por essa redação é, portanto, mais detalhada que a anterior, mas seu teor é o mesmo. O objetivo é promover a autonomia patrimonial da Entidade que é alvo dos serviços contábeis, e não confundir os patrimônios da Entidade alvo dos serviços contábeis, com os patrimônios de seus sócios ou de Entidades coligadas à esta primeira. Sendo assim no momento da fundação de uma empresa, o seu Patrimônio deve ser definido e reconhecido como independente dos patrimônios de seus acionistas, visando uma evidenciação patrimonial mais fiel à realidade.

### 2.3.3 Autonomia Patrimonial das Entidades

Após a reafirmação do Princípio da Entidade pelo CFC na Resolução nº. 750/93, o CFC voltou a abordar esse princípio na Resolução nº. 774/94 que visava "um maior esclarecimento sobre o conteúdo e abrangência dos Princípios Fundamentais de Contabilidade". Essa Resolução forneceu um apêndice explicativo que aborda desde os conceitos fundamentais como a classificação da Contabilidade como ciência social, o Patrimônio como objeto da Contabilidade, os objetivos da Contabilidade, e a utilidade dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, até uma explicação mais pormenorizada da aplicação prática de cada princípio.

Sobre a importância de princípios que guiem a Contabilidade essa Resolução diz que tais princípios "representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes", e ainda complementa essa ideia por afirmar que eles "constituem sempre as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância". Sobre o conteúdo, o CFC ensina que os princípios "dizem respeito à caracterização da Entidade e do patrimônio, à avaliação dos componentes deste e ao reconhecimento das mutações e dos seus efeitos diante do Patrimônio Líquido" (CFC, 1994).

No contexto da Resolução nº. 774/94, a abordagem ao Princípio da Entidade pelo CFC veio no sentido de explicar, de maneira mais específica, a característica de "autonomia patrimonial" atribuída pela Resolução nº. 750/93. Explicando a autonomia patrimonial da Entidade, o CFC (1994) diz que:

o patrimônio deve revestir-se do atributo de autonomia em relação a todos os outros Patrimônios existentes, pertencendo a uma Entidade, no sentido de sujeito suscetível à aquisição de direitos e obrigações. A autonomia tem por corolário o fato de que o patrimônio de uma Entidade jamais pode confundir-se com aqueles dos seus sócios ou proprietários. Por consequência, a Entidade poderá ser desde uma pessoa física, ou qualquer tipo de sociedade, instituição ou mesmo conjuntos de pessoas tais como: famílias; empresas; governos, nas diferentes esferas do poder; sociedades beneficentes, religiosa, culturais, esportivas, de lazer, técnicas; sociedades cooperativas; fundos de investimento e outras modalidades afins.

Essa declaração não apoia o um entendimento abordado por vários teóricos de contabilidade a respeito da existência de microentidades cujo patrimônio pode ser alvo de estudo da Contabilidade.

A mesma Resolução explica que o Patrimônio "pode ser decomposto em partes segundo os mais variados critérios, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Mas nenhuma classificação, mesmo que dirigida sob ótica setorial, resultará em novas Entidades"

(CFC, 1994). Pois mesmo que, para fins administrativos e gerenciais, essas partes tenham sua autonomia, lhes faltará a autonomia patrimonial. Segundo esse apêndice, existe uma única circunstância em que poderá surgir uma nova Entidade, isso acontece quando "a propriedade de parte do patrimônio de uma Entidade, for transferida para outra unidade, eventualmente até criada naquele momento. Mas, no caso, teremos um novo patrimônio autônomo, pertencente a outra Entidade". Caso o Patrimônio tivesse dois "donos", nenhum destes seria uma Entidade, pois não teriam autonomia.

Esse apêndice ainda explica como o Princípio da Entidade se aplica a Entidades coligadas. A cerca dessa situação o CFC afirma que "as Entidades cujas demonstrações contábeis são consolidadas mantêm sua autonomia patrimonial, pois seus Patrimônios permanecem de sua propriedade". Logo, apesar de terem suas demonstrações consolidadas, cada empresa ainda tem propriedade sobre o seu patrimônio e "como não há transferência de propriedade, não pode haver formação de novo patrimônio, condição primeira da existência jurídica de uma Entidade" (CFC, 1994). Essas explanações foram esclarecedoras, e forneceram um entendimento mais aperfeiçoado sobre a aplicação do Princípio da Entidade nas empresas.

No ano de 2007, o CFC voltou a abordar o Princípio da Entidade, dessa vez por meio da Resolução nº. 1.111 que tinha por objetivo "um maior esclarecimento sobre o conteúdo e abrangência dos Princípios Fundamentais de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público". Essa Resolução também apresentou seu apêndice explicativo em que dava a seguinte Perspectiva do Setor Público "o Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente". Logo, do ponto de alguma Entidade Pública, seu Patrimônio tem não apenas a característica de autonomia, mas tem também a característica de responsabilização. Sendo que "a autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos" (CFC, 2007).

No ano de 2008, por meio da Resolução nº. 1.121, o CFC também adotou a Estrutura Conceitual emanada do CPC à qual deu o nome de "NBC TG Estrutura Conceitual", em virtude dessa Resolução a antiga Estrutura Conceitual baseada na Resolução 785/95 foi revogada.



## 2.4 OS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE DO CFC E A ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DO CPC

Os órgãos reguladores supracitados (IBRACON, CVM e CFC) trabalham em parceria para o aperfeiçoamento e a valorização da Contabilidade no país, mas cada um emitia normas que tinham abrangência nacional, e portanto existia a necessidade de centralizar a origem dessas normas. Além disso, a Contabilidade brasileira tinha a necessidade de se adequar aos padrões internacionais, estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas necessidades foram atendidas à partir da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC no ano de 2005.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado por meio da Resolução CFC nº 1055/05 pela união de esforços e acordo de objetivos das seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC NACIONAL, Bolsa de Valores de Estado de São Paulo - BOVESPA, Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON. Durante a idealização do comitê foram discutidas as carências no cenário das normas contábeis no Brasil, entre as mudanças pode-se citar a necessidade de convergência internacional das normas contábeis, a centralização na emissão dessas normas, uma vez que no Brasil são diversas entidades que as emitem, além de uma maior representação e processo democrático de informações contábeis (CPC, 2013).

Segundo Iudícibus (2010), o CPC "produz Pronunciamentos, Interpretações e Orientações a partir das Normas Internacionais emanadas do IASB". O IASB é o órgão internacional responsável por emitir normas que objetivam padronizar a contabilidade, sendo que atualmente mais de uma centena de países está se adequando à essas normas (FEA/USP, 2010). Os órgãos reguladores brasileiros tanto aprovam os documentos emitidos pelo CPC, quanto reafirmam isso por torná-los obrigatórios em seus respectivos âmbitos.

Após o estabelecimento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as novas normas e orientações sobre a prática da contabilidade no Brasil, passaram a emanar apenas desse órgão, pois ele tem a atribuição de centralizar a emissão das normas contábeis. Essas normas são elaboradas com base em uma estrutura conceitual própria, denominado "Pronunciamento Conceitual Básico" que também é chamado de CPC 00.

Essa estrutura conceitual do CPC, não fala em princípios de contabilidade, mas alguns dos conceitos, que são denominados pelo CFC como princípios, aparecem nela sob outras denominações. Como exemplo, está a necessidade evidenciar a performance financeira

da empresa pelo regime de competência, o que se assemelha ao conceito que é abordado pelo CFC como "Princípio da Competência". Outro exemplo é a chamada Premissa Subjacente da Continuidade, que pode ser associada ao "Princípio da Continuidade" do CFC. Sobre essa Estrutura Conceitual, Iudícibus (2010) comenta que "em lugar de Princípios, temos apenas dois Pressupostos Básicos: Regime de Competência e Continuidade. Não trata da Entidade, por considerá-la (pensamos nós) um conceito autoexplicativo". Ainda segundo Iudícibus "a Estrutura Conceitual oficial que hoje vigora no Brasil, é o pronunciamento Conceitual Emitido pelo CPC". Considerando que essa Estrutura Conceitual ignora os Princípios de Contabilidade, surgiu uma discussão sobre a validade e utilidade destes no cenário das normas brasileiras convergidas aos padrões internacionais. Porém nada se discute sobre a relevância do conceito de Entidade

O Conselho Federal de Contabilidade tratou de se dar seu ponto de vista sobre essa discussão por meio da Resolução nº. 1.282/10, emitida após a adoção pelo próprio Conselho, da Estrutura Conceitual emitida pelo CPC. O objetivo dessa manifestação, foi que, segundo o CFC existe "a necessidade de manutenção da Resolução CFC n.º 750/93, que foi e continua sendo referência para outros organismos normativos e reguladores brasileiros" e ainda "continua sendo, nesse novo cenário convergido, o alicerce para o julgamento profissional na aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade". Isso significa que os Princípios de Contabilidade implantados por essa Resolução continuariam tendo tanta validade quanto as NBCs. Mas o Conselho Federal de Contabilidade reconheceu que "para assegurar a adequada aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade à luz dos Princípios de Contabilidade, há a necessidade de harmonização dos dois documentos vigentes" sendo estes a Resolução CFC n.º 750/93 e Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00.

Essa Resolução editou os Princípios de Contabilidade, foi por meio dela que eles deixaram de se chamar "Fundamentais", também foi alterada a redação dos Artigos 5º, 6º, 7º e 9º da Resolução nº. 750/93, que tratavam, respectivamente dos princípios da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo Valor Original e da Competência. O Artigo 8º que tratava do princípio da Atualização Monetária foi revogado. Os princípios da Entidade e da Prudência não receberam alterações.

### **3 RESULTADOS**

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário (Apêndice A), composto por 8 questões fechadas e 1 questão aberta. O cabeçalho do questionário continha uma descrição

simplificada do teor do Princípio da Entidade, que visava dar algum direcionamento aos entrevistados que ainda não tinham qualquer conhecimento técnico ou teórico sobre o princípio em questão, e assim pudessem responder ao questionário à luz da Resolução nº. 750/2003 do CFC. Os questionários foram numerados e tabulados em planilhas eletrônicas, resultando em 9 planilhas finais sendo uma para cada questão do questionário, dentre às quais foram submetidas à técnicas estatísticas.

Os resultados das tabulações foram somados e submetidos à medida de tendência central da "moda", que se aplica "nos casos em que o valor procurado é o mais típico" (GIL, 2007). O resultado da soma de quantos indivíduos deram a mesma resposta ou escolheram a mesma alternativa de uma questão fechada, em cada uma das 8 questões, foi comparada ao total de indivíduos que responderam à questão, resultando assim em uma porcentagem em relação ao total da amostra. Os resultados gerais da pesquisa são descritos à seguir, conforme a ordem dos objetivos específicos.

### 3.1 CONHECIMENTO ACERCA DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE

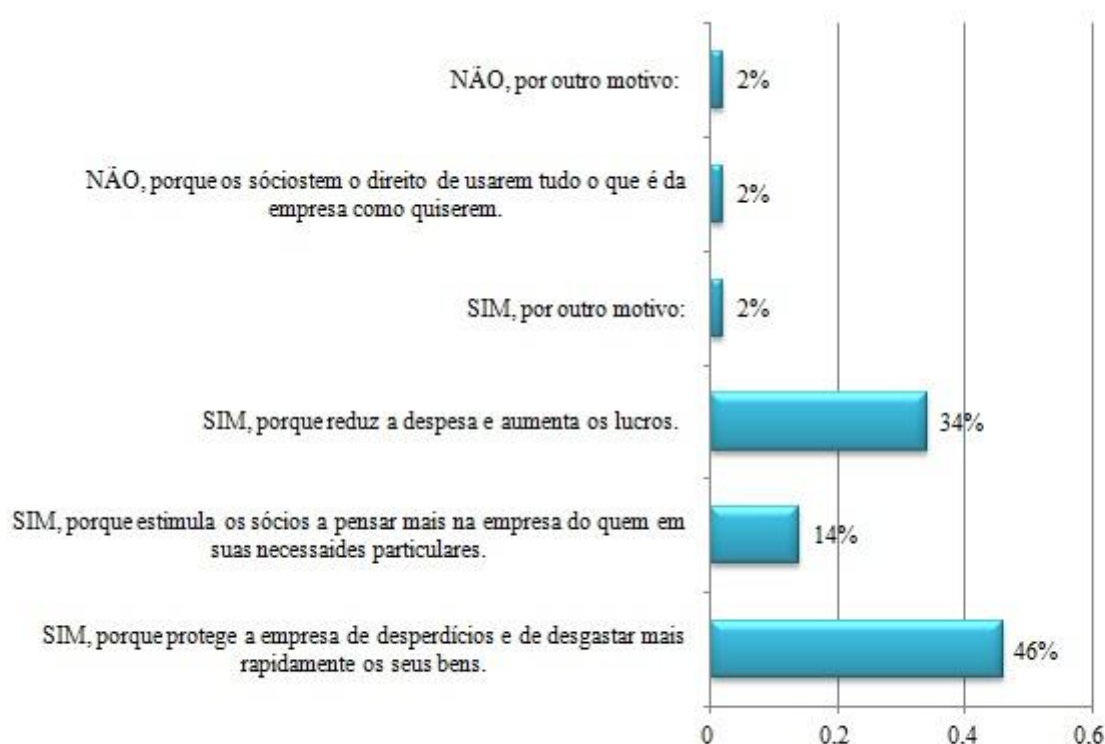
A respeito da questão que tinha por objetivo saber se o entrevistado tinha ou não, algum conhecimento prévio acerca do princípio, foi constatado que 60% dos microempresários entrevistados já conheciam de alguma forma o princípio da entidade ou a sua teoria, os 40% restantes não tiveram nenhum contato anterior com o conceito de princípio de entidade. Reclassificando os dados, por observar apenas os microempresários que afirmaram conhecer o princípio, observou-se que 50% afirmou ter sido informado sobre o princípio por seus contadores, 10% receberam essa informação cursando alguma formação de nível superior, 30% tiveram contato com esse conceito ao realizar algum tipo de treinamento, como palestras e cursos diversos, e 10% disseram ter conhecido o princípio em outra situação.

Questionados se compreendem o que significa na prática observar o princípio da entidade, 92% dos entrevistados disseram que compreendem que o princípio da entidade requer deles uma atitude administrativa de separar o patrimônio das firmas do seu próprio patrimônio.

Sobre a pergunta que abordou se o entrevistado acredita que o princípio é útil na gestão de suas empresas, 96% dos consultados disseram acreditar que o princípio é útil na gestão de microempresas, ao passo que 4% disseram não acreditar que observar o princípio da entidade ao tomar decisões é útil para suas empresas. Classificando essas pessoas segundo a justificativa apresentada para sua opinião, observou-se que, 46% argumentaram que seguir o

princípio da entidade protege a empresa de desperdícios e de desgastar mais rapidamente os seus bens, 34% disseram que seguir o princípio da entidade poderá reduzir as despesas desnecessárias e consequentemente elevar os lucros da empresa, 14% disseram que o referido princípio estimula os sócios a se preocuparem mais com os interesses da empresa do que nas suas necessidades particulares, e 2% disseram acreditar na eficiência do princípio por outros motivos. Ainda 2% da amostra argumentou que os sócios ou proprietários tem o direito de usarem o patrimônio da empresa como bem entenderem, e 2% alegou motivos diversos para não acreditar no princípio, conforme observa-se na figura 1.

Figura 1 - Motivos apresentados para concordar com o Princípio da Entidade



Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.2 APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE NA GESTÃO DAS MICROEMPRESAS

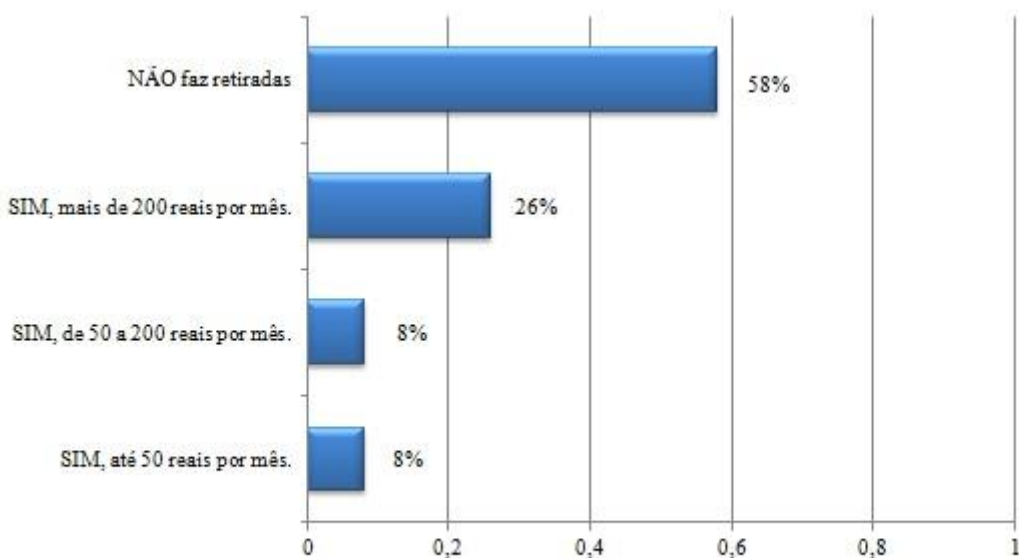
Outras questões trataram de assuntos mais específicos, elas focaram situações rotineiras de uma empresa em que as decisões envolvem o princípio da entidade. O objetivo era constatar se o princípio estava sendo observado, e em caso contrário, o quão relevante em

termos de resultados econômicos era para a empresa os efeitos da inobservância do princípio da entidade.

Uma questão semelhante interrogou o uso da impressora na empresa, para essa questão observou-se que 16% dos entrevistados afirmaram que imprimem documentos particulares na impressora da empresa num total de até trinta paginas por mês, 6% assumiram que imprimem entre trinta e cinquenta paginas mensais na impressora da empresa para uso particular, 42% dos consultados usam a impressora da empresa apenas para fins profissionais e 36% da amostra não possui impressora.

Na questão que envolvia o uso de dinheiro proveniente do caixa da empresa constatou que uma parcela de 42% dos microempresários consultados assumiram que de alguma forma costumam pagar contas particulares usando dinheiro do caixa de suas empresas, e 58% não usam dinheiro da empresa para cobrir despesas pessoais. Analisando quanto é gasto por mês com despesas particulares, 8% disseram que gastam até cinquenta reais mensais da empresa para pagar suas contas particulares, 8% gastam entre cinquenta e duzentos reais da empresa com suas despesas pessoais, e 26% afirmaram que utilizam mais de duzentos reais por mês para esse fim, conforme dados da figura 2.

Figura 2 - Valores sacados do caixa da empresa para pagar contas pessoais (amostra geral)

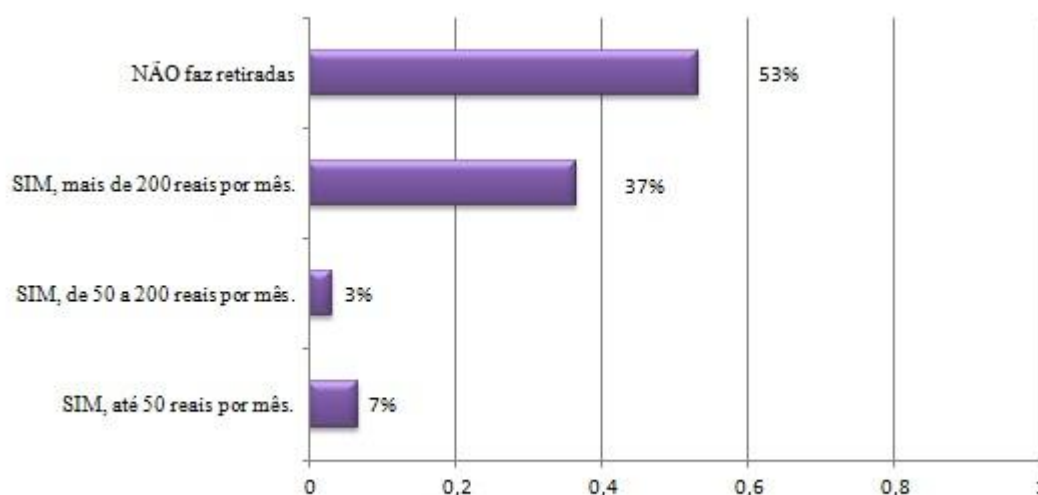


Fonte: Elaborada pelo autor.

Por meio de cruzamento de dados entre a questão sobre o uso de dinheiro do caixa, a questão que trata do conhecimento do princípio da entidade, e a questão que investiga se os

entrevistados concordam com o princípio da entidade, foi possível obter os seguintes resultados: 47% dos que afirmaram conhecer e concordar com o princípio da Entidade assumiu usar o dinheiro do caixa para finalidades pessoais, ao passo que 53% não adota essa prática. Nesse novo enfoque, os que afirmaram usar dinheiro empresarial para despesas pessoais podem ser divididos na seguinte forma: 7% gastam até cinquenta reais mensais, 3% usam entre cinquenta e duzentos reais mensais, e 37% gastam mais de duzentos reais da empresa por mês com despesas particulares, esses dados são melhor entendidos observando a figura 3.

Figura 3 - Valores sacados do caixa da empresa para pagar contas pessoais (conhecedores do Princípio)



Fonte: Elaborada pelo autor.

Sobre a questão que interrogava o modo como o carro da empresa era usado, 10% dos entrevistados confirmaram que o carro da empresa é usado pelos sócios durante os fins de semana ou nas férias para passeios dentro da própria cidade, ainda 4% afirmaram viajar para cidades vizinhas com o veículo da empresa, 14% não usam o veículo para fins particulares, 54% dos entrevistados não possuem veículo em nome da empresa e 4% não responderam essa questão.

Na pergunta sobre o controle de uso do telefone fixo ou do celular que é pago pela empresa, 52% dos entrevistados afirmaram que o telefone da empresa é usado pelos sócios ou pelos funcionários para conversas de conteúdo estranho aos interesses da empresa. 40% usam

o telefone apenas para atender às necessidades da empresa, 6% dos entrevistados não possui telefone e 2% não responderam essa questão.

A questão que procurou conhecer a percepção dos empresários sobre a aplicação do princípio por outras empresas que atuam no seu mesmo ramo. Para essa questão, 52% dos que fora questionados afirmaram observar nas empresas do seu mesmo ramo, que os empresários não observam o princípio da entidade na tomada de decisão, 44% disseram não ter observado nenhuma irregularidade, e 4% não responderam essa questão.

Uma ultima questão de resposta facultativa abria a oportunidade para que os microempresários comentassem alguma situação relacionada ao Princípio da Entidade em suas empresas. Alguns entrevistados assumiram que não seguem o princípio da entidade em sua microempresa. Algumas das falas são reproduzidas seguir:

- "O problema sério na minha microempresa é não conseguir fazer as anotações certas do que entra e do que sai da minha empresa. Sei o valor certo do meu salário, mas não sei o quanto (somam) os meus gastos todos os dia. Não tenho limite de gastos". (ANONIMO 1)
- "As vezes uma compra demasiada compromete o capital de giro da empresa ai temos que colocar dinheiro do próprio bolso para cobrir. É lógico que depois a empresa devolve tudo." (ANONIMO 2)
- "Retirei do capital da empresa para investir em outro negócio". (ANONIMO 3)
- "Há situações nas firmas que não podemos gastar o dinheiro do capital de giro porque quando muitos fazem isto, acabam (ocasionando) o seu comercio indo à falência. Usar sim, só do lucro, e há situações ainda difíceis porque tem que ter um lucro adequado". (ANONIMO 4)

A necessidade de colocar capital próprio nas empresas, em vista da necessidade de capital de giro, foi repetidamente abordado por indivíduos que responderam essa questão.

As causas e efeitos da iniciativa de injetar capital na empresa sem obedecer ao Princípio da Entidade, não foram abordadas por esse trabalho.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho constatou que a maioria dos microempresários entrevistados, compostos por 60% da amostra, já tinha algum conhecimento prévio do Princípio da Entidade, e que metade desse grupo afirmou ter sido informado sobre o assunto em questão por seus contadores. Foi possível, portanto, constatar que, além de prestar serviços para atender requisitos fiscais, boa parte dos contadores tem compartilhado os conhecimentos

contábeis adquiridos durante sua vida acadêmica e profissional, conferindo também à Contabilidade seu papel gerencial. Questionados se consideram o princípio da entidade como uma filosofia útil à gestão de suas empresas, 96% dos consultados disseram que sim, reconhecendo que esse proceder pode: proteger a empresa de desgastar mais rapidamente os seus bens (46%), reduzir as despesas desnecessárias (34%) e estimular os sócios se preocuparem mais com os interesses da empresa do que com os pessoais (14%).

Mas interrogando os microempresários quanto aos seus hábitos rotineiros, esse trabalho constatou que existe uma discordância entre o que eles afirmaram ter aprendido e o que de fato praticam. Atitudes como usar o carro da empresa para fins particulares nas férias ou nos fins de semana (assumida por 14 % dos entrevistados), usar o telefone da empresa para fazer ligações pessoais (assumida por 52% dos entrevistados) e sacar dinheiro do caixa empresa para pagar contas pessoais (assumida por 42 % dos entrevistados), revelam que os microempresários não estão se comportando de uma maneira condizente com o Princípio da Entidade.

Portanto, esse trabalho chegou a conclusão que os contadores exercem seu papel de fornecer esclarecimento e orientação aos microempresários sobre o Princípio da Entidade. Também foi possível perceber que os microempresários recebem orientação sobre o Princípio da Entidade de outras fontes além de seus contadores. Considerando isto, pode-se dizer que os microempresários estão bem informados acerca do princípio da Entidade. A conclusão que foi possível alcançar em vista do comportamento dos microempresários, é a de que eles frequentemente não observam o Princípio da Entidade em sua gestão, mesmo estando corretamente informados sobre a importância desse princípio.

Nesse trabalho foi exposta a abordagem dada ao Princípio da Entidade por alguns órgãos reguladores de Contabilidade no Brasil, relatou-se que esse princípio fez parte da Estrutura Conceitual de dois órgãos reguladores no Brasil (a CVM e o CFC), onde era considerado requisito para elaboração das demonstrações financeiras, e que esse princípio conferia a característica de autonomia patrimonial às Entidades, característica essa que requer separação entre Patrimônio que pertence à empresa e o que pertence aos sócios. Também foi observado que, a pesar de não ser abordado na atual Estrutura Conceitual elaborada pelo CPC, que se adéqua aos padrões internacionais do IASB, e portanto, não é um requisito para considerar válidas as demonstrações financeiras elaboradas a partir dessa estrutura conceitual, a Entidade, na qualidade de Conceito da Contabilidade continua tendo seu valor científico e filosófico, e não deixa de ser um comportamento salutar em vista à boa gestão das microempresas.



Em uma questão aberta de resposta facultativa, alguns entrevistados afirmaram ser necessário injetar recursos de bens particulares em suas microempresas, devido à falta de capital de giro nessas. A relação entre a Necessidade de Capital de Giro e o desacato ao Princípio da Entidade nas microempresas pode ser alvo de estudos futuros.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, CFC. **Apresentação**. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/o\\_conselho/](http://portalcfc.org.br/o_conselho/)>. Acesso em 05/10/2013.

BRASIL, CFC. Resolução nº 530 de 23 de outubro de 1981. **Conselho Federal de Contabilidade**. 1981.

BRASIL, CFC. Resolução nº 750 de 29 de dezembro de 1993. **Conselho Federal de Contabilidade**. 1993.

BRASIL, CFC. Resolução nº 774 de 16 de dezembro de 1994. **Conselho Federal de Contabilidade**. 1994.

BRASIL, CFC. Resolução nº 1.111 de 29 de novembro de 2007. **Conselho Federal de Contabilidade**. 2007.

BRASIL, CFC. Resolução nº 1.121 de 28 de março de 2008. **Conselho Federal de Contabilidade**. 2008.

BRASIL, CFC. Resolução nº 1282 de 28 de maio de 2010. **Conselho Federal de Contabilidade**. 2010.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. Brasília. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, CPC. **Conheça o CPC**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/oque.htm>>. Acesso em 14/10/2013.

BRASIL, CVM. **Atribuições**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/acvm/atribuic.asp>>. Acesso em 14/10/2013.

BRASIL, CVM. Deliberação nº 29 de 5 de fevereiro de 1986. **Comissão de Valores Mobiliários**. 1986.

BRASIL, CVM. Deliberação nº 539 de 14 de março de 2008. **Comissão de Valores Mobiliários**. 2008.

BRASIL, IBRACON. **Sobre o Ibracon**. Disponível em:  
<<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=1>>. Acesso em 14 de outubro de 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas 2007.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução da 5 ed. São Paulo, Atlas 2011.

IPEA. Radar: tecnologia, produção e comércio exterior. **Da baleia ao ornitorrinco: Contribuições para a compreensão das micro e pequenas empresas brasileiras**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; *et al.* **Teoria da Contabilidade**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES DE SÁ, Antonio. **Dicionário de Contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELO, Fábio Bandeira de. **Os 10 principais erros cometidos pelas pequenas e médias empresas**. 2010. Disponível em:  
<<http://www.administradores.com.br/noticias/administracao-e-negocios/os-10-principais-erros-cometidos-pelas-pequenas-e-medias-empresas/32269/>>. Acesso em 29 de novembro de 2013.

NGANGA, Camila Soueneta Nascimento; *et al.* **Análise do nível de observância do Princípio da Entidade pelos empresários das pequenas empresas do setor comercial de Uberlândia**. Artigo científico. 2009. Disponível em:  
<<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos102010/295.pdf>> .Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

O. e SILVA, Cassandra Ribeiro de. **Metodologia e Organização do projeto de pesquisa (GUIA PRÁTICO)**. Disponível em: < <http://www.ufop.br/demet/metodologia.pdf> > Acesso em: 24 de setembro de 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. São Paulo: Universidade Fevale (*E-book*), 2013.

## APENDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE CONHECIMENTO E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Idade:	Sexo: ( <input type="checkbox"/> ) Masculino / ( <input type="checkbox"/> ) Feminino
Grau de Escolaridade:	Formação :

Idade da sua empresa:	Quantidade de Funcionários:
-----------------------	-----------------------------

**Breve descrição do “Princípio da Entidade”:** Na Contabilidade, o “Princípio da Entidade” ensina que cada empresa (ou entidade) tem autonomia em sentido patrimonial. Os Bens, Direitos e Obrigações que são adquiridos em resultado das atividades da empresa, assim como os valores investidos nela pelos sócios pertencem à entidade, por isso não podem ser confundidos com o patrimônio dos sócios ou proprietários nem com o patrimônio de empresas coligadas. O patrimônio da empresa deve ser usufruído apenas por ela própria ou em função de suas atividades empresariais, não por outros.

1 – Você já conhecia o ***Princípio da Entidade*** ou a sua descrição?

<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , conheci o princípio por meio de um Contador / Amigo / Conhecido	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> conhecia.
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , conheci o princípio em um Curso Superior.	/
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , conheci o princípio em uma Palestra / Treinamento / Curso.	
<input type="checkbox"/> <b>Outros</b> :	

2 – Você compreende o que o ***Princípio da Entidade*** significa para os sócios de uma empresa? (Que as contas da empresa e as particulares devem ser separadas).

<input type="checkbox"/> <b>Sim</b>	<input type="checkbox"/> <b>Não</b>
-------------------------------------	-------------------------------------

3 – Você acredita que o princípio em questão é útil na administração de sua empresa?

<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , porque protege a empresa de desperdícios e de desgastar mais rapidamente os seus bens.	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> , porque os sócios têm o direito de usar tudo que é da empresa como quiserem.
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , porque estimula os sócios a pensar mais na empresa do que em suas necessidades particulares.	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> , Porque usar o patrimônio da empresa não atrapalha o desempenho dela.
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , porque reduz a despesa e aumenta os lucros.	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> , Porque o objetivo da empresa é atender às necessidades financeiras dos sócios.
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , por outro motivo: _____	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> , por outro motivo: _____

4 - Na sua empresa o proprietário ou gerente usa um carro da firma para passeio durante o fim de semana, ou durante as férias.

<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , usa para passeios dentro da cidade.	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> usa.
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , usa em passeios para cidades vizinhas.	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> tem carro.
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , usa para fazer viagens longas.	/

5 - Na sua empresa o proprietário ou os funcionários usam o telefone ou o celular para conversas pessoais?

<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , usa para fazer ligações curtas em caso de urgência.	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> usa.
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , usa para fazer ligações curtas sem critério de uso.	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> tem telefone.
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , usa à vontade / Não há controle do uso.	

6 - Na sua empresa o proprietário ou os funcionários usam a impressora para fins particulares?

<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , imprimem menos de 30 páginas por mês.	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> usa.
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , imprimem de 30 a 50 páginas por mês.	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> tem impressora.
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , imprimem mais de 50 páginas por mês.	

7 - O Proprietário faz retiradas do caixa da empresa para pagar contas pessoais?

<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , até 50 Reais por mês.	<input type="checkbox"/> <b>Não</b> .
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , de 50 a 200 Reais por mês.	
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> , mais de 200 Reais por mês.	

Mais 2 questões no verso ...

8 - Você observa alguma situação contrária ao princípio da entidade em outras empresas do seu ramo?

<input type="checkbox"/> <b>Sim</b>	<input type="checkbox"/> <b>Não</b>
-------------------------------------	-------------------------------------

9 - (Opcional) Comente algum comportamento errado ou correto de sua empresa com respeito ao princípio da entidade que não foi abordado pelo questionário acima:

Fonte: Elaborado pelo autor.